



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 04/2025

ANALISTA AMBIENTAL OCEANOGRAFIA

NOME _____

INSCRIÇÃO _____

Nível
SUPERIOR

Turno
MANHÃ

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas e uma discursiva**, você receberá as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/área de formação corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ Os únicos documentos válidos para a avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, as quais devem ser devolvidas ao fiscal devidamente assinadas nos locais destinados a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto **NÃO** poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões, o qual poderá ser levado somente ao término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP**, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva incorrerá em sua eliminação.**



Língua Portuguesa

Tecnologia inspirada no cérebro pode acelerar diagnóstico de doenças raras

Por CNN Brasil

Sistema inovador cruza dados médicos e genéticos, identifica padrões ocultos e pode reduzir o tempo de espera para conclusão do quadro

Identificar doenças raras no Brasil e no mundo ainda é um desafio para médicos e uma angústia constante para milhares de famílias. Muitas dessas condições são genéticas, complexas e pouco conhecidas, o que dificulta o diagnóstico correto e pode levar anos de incerteza. No entanto, uma tecnologia inovadora, inspirada no funcionamento do cérebro humano, começa a mudar esse cenário e promete acelerar o processo diagnóstico: trata-se dos bancos de dados em grafos.

[...]

São consideradas doenças raras um grupo de 6 mil a 8 mil condições que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. Mais de 13 milhões de pessoas convivem com uma dessas condições no Brasil, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No mundo, estima-se que pelo menos 300 milhões tenham algum tipo de enfermidade do tipo. Apesar do número expressivo, o caminho até um diagnóstico correto costuma ser lento, confuso e exaustivo. Atualmente, ele é feito por meio de uma combinação de avaliação clínica, exames complementares (imagem e bioquímicos) e testes genéticos. “Muitas das síndromes raras apresentam sintomas variados e que se sobrepõem com o quadro clínico de doenças comuns, tornando o diagnóstico clínico ainda mais difícil”, explica Vanessa Montaleone, geneticista do Núcleo de Genética do Hospital Sírio-Libanês.

No Brasil, os desafios se tornam ainda maiores pelas complexidades intrínsecas ao país. Antoine Daher, presidente da Casa Hunter e da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas), destaca as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias: demora no diagnóstico (em média, leva de 5 a 7 anos até se chegar a um diagnóstico correto); desinformação e falta de conhecimento adequado sobre o tema (inclusive pelos profissionais de saúde responsáveis pelo caso); custo elevado de exames genéticos, consultas especializadas e terapias de suporte; acesso desigual aos serviços de saúde para as famílias que dependem exclusivamente do SUS.

[...]

Desenvolvida há quase 20 anos pela startup Neo4j, a tecnologia de banco de dados em grafos tem como objetivo identificar e armazenar a relação entre dados – e não apenas os dados em si. “A intenção é apresentar uma conexão visual dessas relações, que funcionam como as ligações promovidas pelas sinapses do cérebro. Assim, é possível descobrir padrões ocultos e obter insights altamente conectados em tempo real”, diz o VP Latam Paulo Farias da Neo4j. Diferentemente dos bancos tradicionais, que dependem de tabelas ou esquemas fixos, os bancos em grafos utilizam nós e conexões para representar, conectar e fornecer contexto às informações de maneira mais intuitiva e flexível. “Sendo até 1.000 vezes mais rápido e consumindo menos recursos de nuvem”, expõe Farias.

No contexto das doenças raras, a tecnologia se torna uma solução que permite a pesquisadores e médicos conectar sintomas, variantes genéticas, publicações científicas e históricos clínicos em uma rede dinâmica e consultável. Isso contribui para a formulação de diagnósticos mais precisos e em menor tempo. “Levando em consideração os mais de 3 bilhões de DNA presentes no corpo humano, analisar e mapear a relação de cada um com diagnósticos, exames e medicamentos seria humanamente impossível. Sem falar nas mais de 6 mil a 8 mil doenças raras catalogadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”, analisa Farias. O recurso tem sido utilizado no Hospital Infantil Dr. von Hauner, na Alemanha. Para isso, foi criado o Grafo de Conhecimento Clínico (CKG), que combina tecnologia de grafos, inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina (ML), contendo dados de 2.500 pacientes pediátricos do país (até o momento).

[...]

Adaptado de: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/tecnologia-inspirada-no-cerebro-pode-acelerar-diagnostico-de-doencas-raras/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

1**Em relação ao texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) Apesar de inovadora, a tecnologia de grafos ainda depende da validação empírica de médicos brasileiros para que seja incorporada ao SUS.
- (B) A associação entre inteligência artificial e genética ainda é incipiente, pois apresenta limitações quando aplicada a bancos de dados em grafos.
- (C) A principal função dos grafos está em substituir a análise humana de dados médicos e, por conseguinte, acelerar a prescrição de tratamentos.
- (D) O principal desafio para a implementação da tecnologia de grafos está na ausência de dados clínicos organizados em prontuários eletrônicos padronizados.
- (E) A tecnologia de grafos é uma ferramenta que pode favorecer o diagnóstico de doenças raras ao permitir conexões entre informações clínicas, genéticas e científicas.

2**Quanto ao recurso de linguagem empregado em: “A intenção é apresentar uma conexão visual dessas relações, que funcionam como as ligações promovidas pelas sinapses do cérebro. [...]”, identifica-se um(a)**

- (A) hipérbole, pois se exagera ao comparar sistemas computacionais ao cérebro humano.
- (B) antítese, pois se opõem elementos contraditórios.
- (C) comparação, pois estabelece correspondência entre o funcionamento dos grafos e o cérebro.
- (D) metonímia, pois uma parte representa notoriamente o todo.
- (E) eufemismo para suavizar os problemas enfrentados no diagnóstico de doenças.

3**Assinale a alternativa cuja expressão verbal destacada apresenta as mesmas características morfológicas de “começa”, no trecho “[...] começa a mudar esse cenário [...]”.**

- (A) O recurso foi utilizado no Hospital Infantil Dr. von Hauner.
- (B) O texto trata de inovações tecnológicas aplicadas à saúde.
- (C) A medicina tem recorrido à tecnologia para aprimorar os diagnósticos.
- (D) O sistema é desenvolvido com base em inteligência artificial.
- (E) Os dados serão analisados em tempo real.

4**Assinale a alternativa em que a frase “Mais de 13 milhões de pessoas convivem com uma dessas condições no Brasil [...]” foi reescrita sem prejuízos a seu sentido original.**

- (A) Mais de 13 milhões de pessoas tratam essas enfermidades no Brasil.
- (B) Mais de 13 milhões de pessoas identificam tais doenças no Brasil.
- (C) Mais de 13 milhões de pessoas lidam com essas condições no Brasil.
- (D) Mais de 13 milhões de pessoas se curam dessas doenças no Brasil.
- (E) Mais de 13 milhões de pessoas escapam dessas situações no Brasil.

5**A respeito da estrutura do texto, é correto afirmar que se trata de um(a)**

- (A) texto jornalístico informativo, pois apresenta, em linguagem objetiva, dados e entrevistas com especialistas sobre uma inovação científica.
- (B) artigo de opinião, pois defende explicitamente o uso de tecnologias para substituir médicos no diagnóstico.
- (C) ensaio científico, pois explora uma teoria em desenvolvimento e a análise de resultados experimentais.
- (D) editorial, pois expressa o posicionamento institucional da CNN Brasil sobre inovações tecnológicas na medicina.
- (E) crônica científica, pois descreve com subjetividade e linguagem literária a evolução dos bancos de dados médicos.

6**Em “[...] destaca as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias: demora no diagnóstico [...]”, os dois-pontos foram empregados com a finalidade de**

- (A) marcar o início de uma enumeração concessiva que resume as ideias anteriores.
- (B) iniciar uma citação textual direta de fala ou pensamento do enunciador.
- (C) antecipar uma ideia contrastante, funcionando como substituto de conjunção adversativa.
- (D) introduzir uma explicação concatenada à frase anteriormente apresentada.
- (E) separar duas orações com sujeitos diferentes para manter a fluidez do enunciado.

7

Considere o excerto a seguir, extraído do texto-base:

“Levando em consideração os mais de 3 bilhões de DNA presentes no corpo humano, analisar e mapear a relação de cada um com diagnósticos, exames e medicamentos seria humanamente impossível. [...]”.

A respeito desse excerto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O excerto apresenta linguagem subjetiva, com tom emocional que recorre à expressividade para impactar o(a) leitor(a).
- II. A construção “levando em consideração” expressa uma conclusão categórica, sem relação com causa ou condição.
- III. A forma verbal “seria” contribui para expressar uma hipótese implícita, funcionando como estratégia de modalização.
- IV. A palavra “presentes” concorda com o termo a que se refere, mantendo a coerência referencial e a clareza da construção.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas I e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas II e IV.
(E) Apenas III e IV.

8

Com base em excertos adaptados do texto de apoio, assinale a alternativa em que o uso vocabular ou ortográfico compromete a correção e a clareza do enunciado.

- (A) O uso de tecnologia de grafos tem contribuído para a análise de padrões clínicos em grandes bases de dados.
- (B) A startup desenvolveu uma solução neuronalizável, capaz de se ajustar aos fluxos cognitivos do paciente.
- (C) O diagnóstico de doenças raras ainda enfrenta desafios devido à heterogeneidade de sintomas.
- (D) A inteligência artificial tem sido integrada a protocolos clínicos com resultados promissores.
- (E) A combinação entre algoritmos e bancos de dados relacionais torna o processo de triagem mais eficiente.

9

Em “Muitas dessas condições são genéticas, complexas e pouco conhecidas [...]”, as expressões destacadas podem ser substituídas – sem alteração semântica e de forma correta –, respectivamente, por

- (A) congênitas / reconhecidas.
(B) biológicas / ignoradas.
(C) fisiológicas / rejeitadas.
(D) genótípicas / subexploradas.
(E) cromossômicas / negligenciadas.

10

O trecho “Muitas das síndromes raras apresentam sintomas variados e que se sobrepõem com o quadro clínico de doenças comuns [...]” pode ser reescrito da seguinte maneira:

- (A) Numerosas síndromes raras manifestam sinais clínicos, os quais são distintos dos observados em enfermidades comuns.
- (B) Muitas síndromes raras compartilham sintomatologia diversa, o que dificulta sua adequada classificação entre as doenças raras.
- (C) Diversas síndromes raras manifestam sintomas heterogêneos, os quais podem se sobrepor ao quadro clínico de doenças comuns.
- (D) Certas síndromes raras apresentam manifestações específicas, o que favorece seu diagnóstico em relação às doenças mais conhecidas.
- (E) Determinadas síndromes raras revelam sinais atípicos que não se confundem com as condições clínicas mais recorrentes.

História e Aspectos Geoeconômicos do Estado do Rio Grande do Norte

11

Os massacres de Cunhaú e Uruaçu ocorreram no Rio Grande do Norte, no século XVII, em meio ao contexto da ocupação holandesa. Em relação ao massacre de Uruaçu, assinale a alternativa correta.

- (A) A chegada dos espanhóis ao nordeste brasileiro para o domínio territorial das plantações de cana-de-açúcar foi um dos fatores que impulsionou esse massacre.
- (B) Em ordem cronológica, o massacre de Uruaçu ocorreu meses antes do massacre de Cunhaú.
- (C) Jacob Rabi, português que chegara ao Brasil em 1637, foi um dos maiores responsáveis pela defesa do povoado de Uruaçu, armando o povo com flechas e facas.
- (D) Antônio Paraopaba, chefe potiguar, teve seu nome reconhecido como um dos comandantes do massacre de Uruaçu.
- (E) O massacre ocorreu em uma emboscada armada por holandeses dentro de uma pequena capela do engenho, enquanto colonos desarmados aguardavam a missa.

12

Compreender a história econômica de um estado é essencial para analisar sua trajetória de desenvolvimento, as mudanças nos setores produtivos e as dinâmicas sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, em relação à economia do Rio Grande do Norte em sua dimensão histórica, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No início do século XVII, a primeira grande economia do espaço hoje conhecido como Rio Grande do Norte foi a extração de látex para produção de borracha, dando início ao ciclo da borracha.
- (B) Na primeira metade do século XIX, a economia do Rio Grande do Norte se diversificou com a ampliação da produção agropecuária e mineral, destacando-se produtos como sal, tabaco, peixe salgado, drogas medicinais, e minerais como ouro, prata e ferro, além de pedras diversas, impulsionando especialmente o crescimento do litoral e de Mossoró.
- (C) A partir da segunda metade do século XIX, o algodão passou a impulsionar significativamente a economia do Rio Grande do Norte e, apesar das recorrentes secas, a produção algodoeira cresceu de forma expressiva sustentada pela determinação do pequeno produtor.
- (D) A partir de 1840, com a intensificação da exportação da cera de carnaúba, o Rio Grande do Norte passou a integrar mais fortemente o comércio exterior, consolidando esse produto como uma importante fonte de renda para a economia local.
- (E) Um setor de destaque na economia do Rio Grande do Norte foi o salineiro; embora as salinas sejam conhecidas desde o início do século XVII, sua exploração regular só começou no século XVIII, com as oficinas de charque.

13

Reconhecidas por sua beleza única, águas mornas e cristalinas, além de um clima favorável durante todo o ano, as praias do Rio Grande do Norte se consolidam como importantes atrativos turísticos, desempenhando um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico da região. Com o objetivo de assegurar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, bem como monitorar a balneabilidade das praias do Rio Grande do Norte, foi criado o

- (A) Plano Águas Norte-rio-grandenses.
- (B) Programa Água Azul.
- (C) Plano Água e Vida.
- (D) Projeto SOS águas.
- (E) Programa Água Cristalina.

14

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O Rio Grande do Norte se consolida como um dos principais protagonistas da transição energética no Brasil, destacando-se pela expressiva produção de energia eólica e solar, impulsionada por condições naturais privilegiadas. Além de liderar a geração eólica no país, o estado também desponta na adoção de novas tecnologias sustentáveis, com destaque para os investimentos em fontes *power-to-X*, como: _____ e _____ verdes.

- (A) nitrogênio / lítio
- (B) carbono / boro
- (C) metano / combustível
- (D) CO₂ / hélio
- (E) hidrogênio / amônia

15

As principais festas populares do Rio Grande do Norte traduzem bem o espírito do próprio estado. Por ser multicultural, o estado inclui em suas festividades e celebrações os costumes de todos os povos e ritmos. Dentre essas comemorações está uma das micaretas mais tradicionais do interior do Rio Grande do Norte, realizada na cidade de Currais Novos desde 1995, a qual recebe o nome de

- (A) Carnanorte.
- (B) Carnafolia.
- (C) Carnaxelita.
- (D) Festival Micarê.
- (E) Fest Folia.

Informática Básica

16

No contexto da segurança da informação, diferentes tipos de malwares podem comprometer a integridade e o funcionamento dos sistemas computacionais. Nesse sentido, quanto a sua principal característica, é correto afirmar que *worm* é

- (A) um programa que criptografa os arquivos do sistema e exige pagamento para que o usuário possa recuperá-los.
- (B) um código malicioso que se disfarça de software legítimo para enganar o usuário e obter acesso ao sistema.
- (C) um software que exibe anúncios publicitários indesejados durante a navegação ou uso do computador.
- (D) um software que se replica automaticamente e se espalha pela rede sem a necessidade de interação do usuário.
- (E) um programa que monitora silenciosamente as ações do usuário e envia essas informações para terceiros sem consentimento.

17

No programa de correio eletrônico Gmail, é possível organizar automaticamente os e-mails recebidos por meio de cinco guias, denominadas categorias da caixa de entrada. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as categorias da caixa de entrada disponíveis para ativação no Gmail.

- (A) Principal, Trabalho, Viagens, Financeiro e Fóruns.
- (B) Pessoal, Spam, Promoções, Rascunhos e Enviados.
- (C) Principal, Social, Promoções, Atualizações e Fóruns.
- (D) Caixa de entrada, Enviados, Spam, Social e Fóruns.
- (E) Spam, Importante, Tarefas, Social e Principal.

18

Durante uma reunião de prestação de contas e resultados no IDEMA/RN, você, como analista responsável pela apresentação dos dados, precisa iniciar os slides diretamente no modo de exibição do apresentador no Microsoft 365 PowerPoint (versão desktop). Esse modo permite que você visualize anotações, controle o tempo e antecipe os próximos slides, enquanto o público vê apenas os conteúdos principais. Com o objetivo de iniciar a apresentação de forma rápida e profissional, utilizando apenas o teclado, qual atalho você deve utilizar?

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Alt + F5
- (B) Shift + F5
- (C) Alt + Enter
- (D) F5
- (E) Ctrl + F5

19

A respeito do sistema operacional Windows 11, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- I. O atalho para abrir o Gerenciador de Tarefas é Ctrl + Shift + Esc
- II. O ícone e a exibição do menu “Iniciar” do Windows 11 são centralizados por padrão, mas o usuário pode reposicioná-los para a esquerda.
- III. A versão mais recente do Windows 11 suporta as tecnologias sem fio mais recentes, como Wi-Fi 6, Wi-Fi 7 e WPA3.

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas I e III.

20

No exercício das atividades rotineiras como analista do IDEMA/RN, você é responsável por organizar e nomear arquivos de trabalho e relatórios gerenciais em um computador com sistema operacional Windows 11. Para garantir que os arquivos sejam salvos corretamente e possam ser acessados futuramente sem erros, é necessário respeitar as regras de nomeação do sistema, em especial no que se refere ao uso de caracteres especiais, que podem ou não ser permitidos. Considerando tais regras, assinale a alternativa que apresenta um nome de arquivo válido, com uso permitido de caracteres especiais, para ser salvo no sistema.

- (A) Relatório<Financeiro>.docx
- (B) Planejamento|Anual.xlsx
- (C) Controle:Orçamento_01_2024.pdf
- (D) Resumo_Anuar_12/2024.txt
- (E) Consolidado.Mensal.01_12_2024.xlsx

Ética e Conduta Administrativa

21

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 751, de 18 de abril de 2024, é correto afirmar que

- (A) biblioteconomia é uma área do conhecimento do cargo de analista ambiental.
- (B) oceanografia é uma área do conhecimento do cargo de analista ambiental.
- (C) direito é uma área do conhecimento do cargo de analista ambiental.
- (D) contabilidade é uma área do conhecimento do cargo de analista ambiental.
- (E) biologia é uma área do conhecimento do cargo de analista administrativo.

22

Mariana é servidora pública estadual titular com cargo de fiscal ambiental no Estado do Rio Grande do Norte, competindo a ela a execução de atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício do poder de polícia ambiental a cargo do IDEMA/RN. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 751, de 18 de abril de 2024, também competirá a Mariana

- (A) informar e documentar processos, compras, finanças e outras atividades correlatas no âmbito da Administração Pública.
- (B) elaborar o orçamento anual e suas reformulações.
- (C) gerenciar sistemas de informações sobre recursos socioeconômicos e ambientais.
- (D) realizar e elaborar relatórios de vistoria, autos de constatação, termos de apreensão, notificações e demais medidas previstas em lei, inerentes ao poder de polícia ambiental.
- (E) estimular e difundir tecnologias, informações e execuções de programas de educação ambiental.

23

De acordo com o Decreto Estadual nº 33.094, de 27 de outubro de 2023, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Estadual, são consideradas “conflito de interesses” as seguintes situações, EXCETO

- (A) disseminar ou fazer uso de informação privilegiada, obtida em razão das atividades exercidas, em benefício próprio ou de outrem.
- (B) prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o servidor público está vinculado.
- (C) aceitar custeio de despesas por particulares, de forma a permitir a configuração de situação que venha a influenciar nas decisões administrativas.
- (D) atuar, direta ou indiretamente, em atividade que, devido à sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego.
- (E) importunar seus pares, superiores hierárquicos ou subordinados com telefonemas ou mensagens fora do horário oficial de expediente.

24

Dênis é servidor público estadual em cargo de provimento em comissão e, ao tomar posse, cientificou-se ser proibido, direta ou indiretamente, aceitar, solicitar ou sugerir presentes ou vantagens de qualquer espécie, oriundos de fonte proibida, em razão das atribuições do seu atual cargo. Sobre esse tema e de acordo com o Decreto Estadual nº 33.094, de 27 de outubro de 2023, é correto afirmar que

- (A) entende-se como presentes ou vantagens de qualquer espécie os bens ou os serviços dados gratuita ou onerosamente.
- (B) reputa-se como fonte proibida a pessoa, física ou jurídica, que tenha contrato ou pretenda celebrar contrato com o Poder Executivo Federal.
- (C) não se consideram presentes ou vantagens ilícitas os brindes que não tenham valor comercial.
- (D) reputa-se como fonte proibida a pessoa, física ou jurídica, que não esteja sujeita à fiscalização ou à regulação pelo órgão em que o servidor atua.
- (E) não se consideram presentes ou vantagens ilícitas os brindes que sejam distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de R\$ 1.000 (um mil reais) em cada ano civil.

25

De acordo com a Lei Estadual nº 11.902, de 10 de setembro de 2024, preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

Para fins da referida lei, considera-se assédio moral: conduta omissiva ou comissiva, que se revele abusiva, ainda que de maneira velada, manifestando-se por comportamentos, atos, gestos, palavras, oralmente ou por escrito, que possam ocasionar danos à _____, à dignidade, à integridade física, psíquica ou à carreira de uma pessoa.

- (A) imagem
- (B) personalidade
- (C) moralidade
- (D) sanidade mental
- (E) tranquilidade.

Conhecimento Específico exigido para o cargo

26

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795/1999, preconiza que a Educação Ambiental deve ser um processo contínuo e integrado. Em um projeto comunitário focado na redução do consumo de água, qual das seguintes ações reflete mais eficazmente a abordagem da PNEA para gerar mudanças de comportamento duradouras, priorizando a participação e a reflexão crítica?

- (A) Distribuição de panfletos informativos com dicas para economizar água e adesivos para torneiras.
- (B) Realização de uma competição entre bairros para ver qual reduz mais o consumo de água em um mês.
- (C) Implementação de palestras semanais em escolas sobre a escassez hídrica e a importância da economia de água.
- (D) Criação de grupos de trabalho com moradores para identificar causas do desperdício, propor soluções locais e monitorar o consumo, com acompanhamento de técnicos e educadores.
- (E) Instalação de medidores de água inteligentes em todas as residências e envio de relatórios de consumo mensais.

27

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos devem seguir uma ordem de prioridade nas ações. Qual das seguintes alternativas apresenta corretamente essa hierarquia?

- (A) Reciclagem, reutilização, tratamento, não geração e disposição final.
- (B) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.
- (C) Disposição final, tratamento, reciclagem, reutilização e redução.
- (D) Redução, tratamento, reciclagem, reutilização e disposição final.
- (E) Reutilização, reciclagem, não geração, tratamento e disposição final.

28

Um analista ambiental avalia um projeto para a instalação de um resort em uma área costeira. O local do projeto está inserido nos limites de uma Reserva Extrativista (RESEX) já estabelecida. Com base no que dispõe a Lei nº 9.985/2000 (SNUC), qual deve ser a orientação do analista sobre a viabilidade do empreendimento?

- (A) O projeto é viável, desde que a empresa pague uma compensação ambiental para a criação de outra Unidade de Conservação.
- (B) O projeto é inviável, pois em Reservas Extrativistas são proibidas quaisquer atividades que não sejam de subsistência das populações tradicionais.
- (C) O projeto é viável, pois o SNUC permite a construção de resorts em quaisquer Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como a RESEX.
- (D) O projeto é potencialmente viável, mas depende de aprovação do Conselho Deliberativo da RESEX e de sua compatibilidade com o Plano de Manejo da unidade.
- (E) O projeto é inviável, pois a RESEX é uma categoria de Proteção Integral, na qual a presença de empreendimentos privados é vedada.

29

Uma indústria, após tratar seus efluentes, planeja lançá-los em um corpo hídrico de uma bacia hidrográfica que possui diferentes trechos com enquadramentos distintos. Parte do rio está classificada como Classe 2, enquanto outro trecho, a jusante, é designado como Classe 1, conforme a Resolução CONAMA nº 357/2005. A Resolução CONAMA nº 430/2011, que define condições e padrões de lançamento de efluentes, estabelece limites gerais para diversos parâmetros. Nesse cenário, ao definir os padrões de lançamento para a licença ambiental da indústria, qual princípio ou critério o órgão ambiental competente deverá priorizar para a proteção da qualidade da água, considerando a interação entre as duas resoluções?

- (A) O órgão ambiental deve aplicar os padrões de lançamento mais brandos definidos na Resolução CONAMA nº 430/2011, pois são os limites gerais para efluentes tratados.
- (B) O órgão ambiental deve considerar apenas o enquadramento do ponto exato de lançamento, aplicando os limites da Classe 2 da Resolução CONAMA nº 357/2005.
- (C) O órgão ambiental deve exigir que os efluentes atendam padrões mais rigorosos, ou seja, aqueles compatíveis com a Classe 1 do corpo hídrico ao chegar no trecho a jusante, mesmo que o ponto de lançamento inicial seja em trecho Classe 2.
- (D) A empresa deve realizar um estudo para comprovar que o lançamento não causará impacto visual na qualidade da água, independentemente dos padrões normativos.
- (E) O órgão ambiental deve autorizar o lançamento conforme a Classe 2 e, caso a qualidade da Classe 1 seja comprometida, solicitar medidas corretivas posteriormente.

30

A energia eólica e a solar são fontes renováveis que vêm crescendo na matriz energética brasileira. Uma característica fundamental que as diferencia das fontes hidrelétricas, também renováveis, é

- (A) a ausência de impactos ambientais durante a instalação e a operação.
- (B) a sua intermitência, ou seja, a geração de energia depende da disponibilidade de vento e sol.
- (C) a maior capacidade de geração de energia por unidade de área instalada em comparação com as hidrelétricas.
- (D) a possibilidade de serem instaladas em qualquer local do território nacional com a mesma eficiência.
- (E) o fato de não necessitarem de licenciamento ambiental para a sua implantação.

31

A respeito da responsabilidade civil ambiental, assinale a alternativa correta.

- (A) É subjetiva e depende da comprovação de culpa.
- (B) É objetiva, fundamentada no risco integral.
- (C) É criminal e exige dolo específico.
- (D) Aplica-se apenas a pessoas físicas.
- (E) Depende exclusivamente de decisão judicial.

32

No contexto da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), diversas ferramentas e estudos são aplicados. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve abranger o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, a análise dos impactos e a definição das medidas mitigadoras e compensatórias.
- (B) O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) deve ser apresentado em linguagem acessível ao público, para garantir a participação social nas audiências públicas.
- (C) As medidas mitigadoras têm como objetivo reduzir a magnitude dos impactos ambientais negativos que não puderam ser evitados.
- (D) O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é um instrumento da política urbana, mas que dialoga com a AIA ao avaliar os efeitos de um empreendimento no seu entorno social e urbano.
- (E) A audiência pública é uma etapa facultativa do licenciamento ambiental de projetos com significativo impacto, podendo ser dispensada a critério do órgão licenciador.

33

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e sua principal finalidade é

- (A) definir as fronteiras das Unidades de Conservação do país.
- (B) estabelecer um regime de tributação diferenciado para atividades poluidoras.
- (C) realizar o planejamento e o ordenamento territorial, estabelecendo diretrizes para o uso e a ocupação do solo de forma sustentável.
- (D) fiscalizar e aplicar multas para empreendimentos que operam sem a devida licença ambiental.
- (E) promover prioritariamente a recuperação de áreas que já foram degradadas pela mineração.

34

Um empreendedor rural precisa realizar a supressão de vegetação nativa em sua propriedade para implantar uma atividade de manejo florestal sustentável. O imóvel está localizado fora da Amazônia Legal e possui vegetação de Cerrado. De acordo com a Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), a autorização para supressão da vegetação existente na área de Reserva Legal

- (A) é permitida, para práticas de exploração seletiva, tanto para consumo na propriedade quanto com propósito comercial, desde que aprovada pelo órgão competente do Sisnama.
- (B) é estritamente proibida, pois a área de Reserva Legal deve ser mantida com cobertura de vegetação nativa de forma perpétua.
- (C) é permitida mediante o pagamento de uma taxa ambiental, que será revertida para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- (D) é permitida apenas se a atividade a ser instalada for considerada de utilidade pública ou interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo.
- (E) é permitida se a propriedade já possuir um excedente de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP).

35

Considerando os princípios da precaução e da prevenção em matéria ambiental, é correto afirmar que o princípio da prevenção se aplica quando

- (A) a incerteza científica sobre a ocorrência de um dano é elevada, recomendando-se a não implementação da atividade.
- (B) o dano ambiental é certo e conhecido, buscando-se adotar medidas para evitar ou minimizar sua ocorrência.
- (C) um dano já ocorreu e o objetivo é restaurar o ambiente ao seu estado original.
- (D) o risco de dano é desconhecido, mas presume-se que ele pode ser grave e irreversível.
- (E) a comunidade científica não possui consenso sobre os efeitos de uma nova tecnologia no meio ambiente.

36

O monitoramento da qualidade do ar em áreas urbanas e industriais é essencial para a gestão ambiental. Qual dos poluentes a seguir é considerado um poluente secundário, ou seja, formado na atmosfera a partir de reações químicas de poluentes primários?

- (A) Monóxido de Carbono (CO).
- (B) Dióxido de Enxofre (SO₂).
- (C) Ozônio Troposférico (O₃).
- (D) Material Particulado Inalável (MP₁₀) emitido por chaminés.
- (E) Hidrocarbonetos (HC) liberados pela queima de combustíveis.

37

A Recuperação de Áreas Degradadas (RAD) envolve a aplicação de diferentes técnicas, dependendo do nível de degradação e do objetivo a ser alcançado. Qual das seguintes técnicas é um método de biorremediação utilizado principalmente para tratar solos contaminados por compostos orgânicos, como hidrocarbonetos de petróleo?

- (A) Georreferenciamento da área para delimitar o perímetro degradado.
- (B) Terraceamento para controle da erosão hídrica do solo.
- (C) Construção de barreiras de contenção para isolar a área contaminada.
- (D) *Landfarming*, que consiste no revolvimento e na aeração do solo para estimular a atividade microbiana.
- (E) Pavimentação do solo para impedir contato de seres humanos com os elementos contaminadores.

38

Uma empresa está implementando um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com base na norma ABNT NBR ISO 14001:2015. Sabendo disso, relacione os tipos de auditoria ambiental com suas respectivas definições e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Auditoria de Conformidade.
2. Auditoria de Desempenho.
3. Auditoria de Natureza Operacional.

- () Avalia a eficácia dos sistemas e dos controles internos da organização para gerenciar riscos operacionais, como vazamentos ou emissões acidentais.
- () Verifica o cumprimento da legislação ambiental aplicável, das licenças de operação e de outros requisitos subscritos pela organização.
- () Compara os resultados ambientais da organização com as metas e os objetivos estabelecidos em sua política ambiental, utilizando indicadores como consumo de água por produto ou emissão de CO₂.

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 2 – 1 – 3.
- (C) 1 – 3 – 2.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 2 – 3 – 1.

39

Considerando que o conceito de sucessão ecológica é fundamental para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, em um campo agrícola abandonado, as primeiras espécies de plantas que colonizam a área, como gramíneas e pequenas ervas, são classificadas como espécies

- (A) clímax.
- (B) endêmicas.
- (C) pioneiras.
- (D) secundárias.
- (E) exóticas invasoras.

40

O conselho de meio ambiente estadual, com base no parecer de seu órgão ambiental estadual tecnicamente capacitado, indefere um pedido de licença prévia para um grande projeto de mineração situado em seu respectivo estado, alegando que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado foi insuficiente e que os impactos socioambientais são inaceitáveis. A empresa responsável, insatisfeita, recorre à União, solicitando que o IBAMA avoque o processo e emita a licença, argumentando que a produção de minérios é um interesse nacional. Considerando a competência licenciatória e a atuação supletiva, assinale a alternativa que apresenta a análise correta da situação.

- (A) O IBAMA pode avocar o processo e emitir a licença, pois a atuação da União é superior à dos estados.
- (B) O IBAMA não pode intervir, pois a atuação supletiva só ocorre quando a área de instalação dos empreendimentos ultrapassa as fronteiras estaduais.
- (C) A atuação supletiva do IBAMA se daria se o estado não tivesse um conselho de meio ambiente e um órgão ambiental devidamente estruturados, o que não é o caso, tendo em vista como o conselho e o órgão ambiental atuaram e indeferiram o pedido.
- (D) O IBAMA deve obrigatoriamente acatar o pedido da empresa e reanalisar o EIA, pois se trata de um projeto de mineração.
- (E) A empresa deveria ter solicitado a licença diretamente ao município, que possui competência prioritária para atividades de mineração.

41

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661/1988, define a Zona Costeira como um espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra. Um dos seus principais instrumentos de planejamento é o Projeto de Gestão Integrada da Orla (Projeto Orla), cujo principal objetivo é

- (A) delimitar as áreas de propriedade da União, como os terrenos de marinha, para fins de cobrança de taxas.
- (B) promover o ordenamento do uso e ocupação dos espaços na orla marítima, compatibilizando os interesses dos diversos usuários e a proteção ambiental.
- (C) fiscalizar e proibir a construção de edificações na faixa de areia das praias.
- (D) fomentar atividades de aquicultura e maricultura ao longo da costa brasileira.
- (E) transferir a gestão das praias marítimas para a iniciativa privada por meio de concessões.

42

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) define _____ como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

- (A) impacto ambiental
- (B) poluição
- (C) risco ambiental
- (D) dano ambiental
- (E) passivo ambiental

43

A empresa Sol Nascente Energia Renovável Ltda. pretende instalar um parque eólico de grande porte em uma área rural do Rio Grande do Norte. Para tanto, iniciou o processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA). Ciente da modernização dos procedimentos, a empresa realizará todas as etapas do licenciamento de forma eletrônica, desde a protocolização da solicitação até a obtenção da licença ambiental. Durante o processo, a equipe técnica da Sol Nascente precisa anexar diversos documentos, incluindo estudos técnicos complexos e mapas georreferenciados, além de acompanhar o andamento do processo e interagir com os analistas do IDEMA.

Considerando o caso hipotético e as disposições da Lei Complementar nº 495, de 05 de novembro de 2013, do Rio Grande do Norte, que dispõe sobre o processamento eletrônico dos processos de licenciamento ambiental no âmbito do IDEMA, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei Complementar nº 495/2013 impede que estudos técnicos e mapas georreferenciados sejam apresentados em formato eletrônico, exigindo sua protocolização física para garantir a autenticidade e a precisão das informações.
- (B) O IDEMA, de acordo com a Lei Complementar nº 495/2013, é obrigado a fornecer acesso irrestrito e em tempo real a todos os documentos e informações do processo eletrônico para qualquer cidadão, em respeito ao princípio da publicidade.
- (C) A validade jurídica dos atos praticados e dos documentos juntados aos processos eletrônicos de licenciamento ambiental, conforme a Lei Complementar nº 495/2013, é assegurada por meio de certificação digital ou outro meio de comprovação de autoria e integridade.
- (D) A solicitação de informações adicionais ou complementação de documentos por parte do IDEMA, nos processos eletrônicos de licenciamento, deve ser realizada exclusivamente por meio de correspondência física com aviso de recebimento.
- (E) A Lei Complementar nº 495/2013 estabelece que a decisão final sobre o licenciamento ambiental eletrônico é de responsabilidade exclusiva do sistema informatizado, sem a necessidade de análise e deliberação por parte dos técnicos do IDEMA.

44

No âmbito do licenciamento ambiental trifásico (LP, LI, LO) estabelecido pela Resolução CONAMA nº 237/1997, em qual fase o empreendedor é autorizado a iniciar a construção e a instalação do empreendimento, conforme as especificações dos planos, dos programas e dos projetos aprovados?

- (A) Na fase da Licença Prévia (LP).
- (B) Na fase da Licença de Instalação (LI).
- (C) Na fase da Licença de Operação (LO).
- (D) Após a emissão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- (E) Durante a vigência da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV).

45

Um analista de um órgão ambiental federal é designado para fiscalizar um grande complexo portuário. A fiscalização tem como objetivo específico verificar se o Plano de Ação de Emergência (PAE) da instalação está adequadamente implementado e se os simulados de resposta a vazamentos de óleo estão sendo realizados com a frequência e o realismo exigidos pela legislação e pelas condicionantes da licença. Esse tipo de ação fiscalizatória pode ser classificado como parte de uma

- (A) auditoria ambiental de conformidade legal.
- (B) Análise de Risco Quantitativa (ARQ).
- (C) Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).
- (D) auditoria ambiental de natureza operacional.
- (E) elaboração de um Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

Conhecimento Específico de Legislação

46

Determinada instituição educacional pretende realizar atividades de pesquisa e ensino, conforme grade curricular do curso de graduação em medicina veterinária. Nesse caso, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.831, de 14 de janeiro de 2021 (Código de Defesa e Proteção aos Animais), essa instituição deverá observar que

- (A) somente poderão ser utilizados animais criados em centro de criação, vedada a utilização de animais criados em centros biotérios.
- (B) será admitida a utilização de animais vivos provenientes dos órgãos de controle de zoonoses ou canis municipais, ou similares públicos ou privados, terceirizados ou não, nos procedimentos de experimentação animal.
- (C) o animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas e ajustadas no protocolo do experimento, sendo vedada a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto nos procedimentos cirúrgicos, toxicológicos e comportamentais de estresse.
- (D) deverá ser priorizado o uso de bloqueadores neuromusculares, ou de relaxantes musculares, em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.
- (E) o número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento serão de no máximo dois e seis meses, respectivamente.

47

Assinale a alternativa que apresenta corretamente, nos termos da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e respectiva constituição.

- (A) Órgão consultivo e deliberativo, constituído pelo Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- (B) Órgão superior, constituído pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (C) Órgãos locais, constituídos por órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
- (D) Órgão central, constituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (E) Órgãos executores, constituídos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.

48

De acordo com o disposto na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), assinale a alternativa correta.

- (A) Os fabricantes, os importadores e os consumidores, participantes dos sistemas de logística reversa, manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.
- (B) A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica ou econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.
- (C) É proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, ressalvada a importação de resíduos utilizados na transformação de materiais e minerais estratégicos, inclusive aparas de papel de fibra longa, nos termos de regulamento, e de resíduos de metais e materiais metálicos.
- (D) No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama não pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública.
- (E) O importador ou o fabricante de autopeças e de pneus são autorizados a importar resíduos sólidos derivados de produtos nacionais previamente exportados, para fins exclusivos de logística reversa e reciclagem integral, ainda que classificados como resíduos perigosos, nos termos de regulamento.

49

São penas restritivas de direito expressamente previstas na Lei nº 9.605/1998, EXCETO

- (A) prestação de serviços à comunidade.
- (B) interdição temporária de direitos.
- (C) suspensão parcial ou total de atividades.
- (D) prestação pecuniária.
- (E) limitação de fim de semana.

50

De acordo com a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), é correto afirmar que

- (A) vereda é o ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina.
- (B) salgado ou marismas tropicais hipersalinos são áreas de solos hipersalinos situadas nas regiões entremarés superiores, inundadas apenas pelas marés de sizígias, que apresentam salinidade superior a 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), desprovidas de vegetação vascular.
- (C) apicum são áreas situadas em regiões com frequências de inundações intermediárias entre marés de sizígias e de quadratura, com solos cuja salinidade varia entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), onde pode ocorrer a presença de vegetação herbácea específica.
- (D) áreas úmidas são pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação.
- (E) manguezal é a fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* – buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas.

51

Nos termos da Lei nº 7.661/1988 (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro), assinale a alternativa correta.

- (A) Os Estados e Municípios poderão instituir, através de decreto, os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro.
- (B) Há previsão expressa na Lei nº 7.661/1988 no sentido de que as sentenças condenatórias e os acordos judiciais que dispuserem sobre a reparação dos danos ao meio ambiente relacionados à referida lei deverão ser comunicados pelo Ministério Público ao Conama.
- (C) Ainda que ocorram alterações das características naturais da Zona Costeira, o licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades deverá observar as normas específicas federais, estaduais e municipais sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo, não se aplicando a Lei nº 7.661/1988.
- (D) As praias são bens públicos de uso especial, sendo assegurado, sempre que possível, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.
- (E) Embora institua o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a Lei nº 7.661/1988 não prevê a obrigação de reparar o dano causado ou a sujeição do agente a qualquer penalidade no caso de degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira.

52

Um empreendedor requereu licença de instalação para implantação do seu empreendimento. Nessa oportunidade, foi verificado, com base em estudos ambientais, significativo impacto para o meio ambiente. Nesse caso, o empreendedor foi obrigado a adotar compensação ambiental, consistente na destinação de uma parcela de, no mínimo, meio por cento dos custos totais para a implantação do empreendimento para a seguinte finalidade: apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 272/2004, do Estado do Rio Grande do Norte, referidos recursos deverão ser aplicados primeiro

- (A) na elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo.
- (B) na implantação de programas de educação ambiental.
- (C) no financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.
- (D) na regularização fundiária e demarcação das terras.
- (E) no desenvolvimento de estudos e pesquisas necessários à criação de nova unidade de conservação ou para o manejo da unidade e área de amortecimento.

53

O governador de determinado estado brasileiro pretende criar uma unidade de conservação com o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Nesse caso, de acordo com o disposto na Lei nº 9.985/2000 (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação), é correto afirmar que

- (A) a pretensão é criar uma unidade de conservação de uso sustentável, podendo ser de uma das seguintes categorias: Parque Nacional ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
- (B) a pretensão é criar uma unidade de conservação de proteção integral, podendo ser de uma das seguintes categorias: Reserva de Fauna ou Reserva Biológica.
- (C) a pretensão é criar uma unidade de conservação de uso sustentável, podendo ser de uma das seguintes categorias: Monumento Natural ou Reserva Extrativista.
- (D) a pretensão é criar uma unidade de conservação de proteção integral, podendo ser de uma das seguintes categorias: Estação Ecológica ou Área de Relevante Interesse Ecológico.
- (E) a pretensão é criar uma unidade de conservação de uso sustentável, podendo ser de uma das seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental ou Floresta Estadual.

54

Em relação às definições adotadas pela Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambiente lântico: ambiente relativo a águas continentais moventes.
- (B) Tratamento avançado: técnicas de remoção e/ou inativação de constituintes refratários aos processos convencionais de tratamento, os quais podem conferir à água características, tais como: cor, odor, sabor, atividade tóxica ou patogênica.
- (C) Tratamento simplificado: clarificação com utilização de coagulação e floculação, seguida de desinfecção e correção de pH.
- (D) Tratamento convencional: clarificação por meio de filtração e desinfecção e correção de pH quando necessário.
- (E) Ambiente lótico: ambiente que se refere à água parada, com movimento lento ou estagnado.

55

Determinado empreendedor pretende desenvolver atividade que implicará no lançamento de efluentes em corpos de água receptores. Ao solicitar o licenciamento ambiental da atividade, ele foi informado pelo órgão ambiental de que, com base na Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, o pedido foi

- (A) negado, pois há hipótese de fonte de poluição geradora de diferentes efluentes ou lançamentos individualizados, e, nesse caso, é o empreendedor, e não o órgão ambiental, quem deveria indicar se os limites constantes da referida resolução aplicar-se-ão a cada um deles ou ao conjunto após a mistura.
- (B) deferido, pois, nas águas de classe especial é possível o lançamento de efluentes ou disposição de resíduos domésticos, agropecuários, de aquicultura, industriais e de quaisquer outras fontes poluentes, se tratados.
- (C) negado, pois o lançamento de efluentes em corpos de água, inclusive daqueles enquadrados na classe especial, não poderá exceder as condições e padrões de qualidade de água estabelecidos para as respectivas classes, nas condições da vazão de referência ou volume disponível, além de atender a outras exigências aplicáveis.
- (D) deferido, pois, nesse caso, o empreendedor informou que, para fins de controle das condições de lançamento, não haverá a diluição antes do lançamento, com a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade, tais como as águas de abastecimento, do mar e de sistemas abertos de refrigeração sem recirculação.
- (E) negado, pois, na zona de mistura, não serão admitidas concentrações de substâncias em desacordo com os padrões de qualidade estabelecidos para o corpo receptor, sem exceções.

56

Sandro pretende prestar serviços com a utilização de água de reúso para implantação de projetos de recuperação do meio ambiente. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 11.332, de 30 de dezembro de 2022, do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar que referida modalidade de utilização foi classificada pelo técnico ambiental como de

- (A) reúso doméstico não potável.
- (B) reúso para fins florestais.
- (C) reúso para fins agrícolas.
- (D) reúso para fins industriais e outros setores econômicos.
- (E) reúso para fins ambientais.

57

Determinado empreendedor requereu o licenciamento ambiental para instalar e operar atividade utilizadora dos recursos ambientais considerada potencialmente poluidora. No curso do procedimento administrativo, o órgão ambiental expediu licença ambiental e estabeleceu as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para instalar e operar a atividade indicada no requerimento. Nesse caso, de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997,

- (A) se concedida a licença de instalação, o prazo de validade deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação da atividade, não podendo ser superior a quatro anos. Nesse caso, será vedado estabelecer prazos de validade específicos de atividade que, por sua natureza e peculiaridades, esteja sujeita a encerramento ou modificação em prazos inferiores.
- (B) depois de concedida a licença ambiental, é vedado ao órgão ambiental modificar as condicionantes ou as medidas de controle e adequação.
- (C) se concedida a licença de operação, o prazo de validade deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, cinco anos e, no máximo, quinze anos.
- (D) se concedida a licença de instalação, o prazo de validade não poderá ser prorrogado.
- (E) se concedida a licença de operação, a renovação do prazo de validade deverá ser requerida com antecedência mínima de cento e vinte dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

58

Para os efeitos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), os resíduos sólidos podem ser classificados:

- (A) quanto à destinação, em resíduos perigosos.
- (B) quanto ao sujeito, em resíduos industriais.
- (C) quanto à origem, em resíduos dos serviços públicos de saneamento básico.
- (D) quanto à mobilidade, em resíduos de serviços de transportes.
- (E) quanto ao direito fundamental tutelado, em resíduos de serviços de saúde.

59

De acordo com Lei Estadual nº 11.669, de 10 de janeiro de 2024, (Política Estadual de Resíduos Sólidos), o ato de submeter um resíduo a operações ou processos que tenham por objetivo dotá-lo de condições que permitam seu uso como matéria-prima ou produto é considerado

- (A) banco de resíduos.
- (B) ciclo de vida do produto.
- (C) compostagem.
- (D) beneficiamento.
- (E) logística reversa.

60

Os Ministérios da Pesca e Aquicultura e o do Meio Ambiente e Mudança do Clima publicaram a Portaria Interministerial definindo os períodos de defeso do caranguejo-uçá nos estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Nesse período de defeso, a fiscalização ambiental do Estado do Rio Grande do Norte flagrou um pescador com caranguejo-uçá, oportunidade na qual lhe foi aplicada multa simples. Nesse caso, nos termos da Lei nº 9.605/1998, do Decreto Federal nº 6.514/2008 e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) a multa simples é indevida, pois não há previsão legal que qualifique o fato como infração administrativa.
- (B) a validade da multa simples independe da prévia aplicação da penalidade de advertência.
- (C) a multa simples não pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.
- (D) há previsão legal expressa condicionando a validade da aplicação da pena de multa simples ao infrator ambiental à prévia imposição da penalidade de advertência.
- (E) o pagamento de multa imposta pelo órgão ambiental estadual não substitui eventual multa aplicada por órgão ambiental federal, ainda que se trate da mesma hipótese de incidência.

Instruções para a Prova Discursiva

A resposta da Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes no Edital:

1. Conhecimento técnico sobre a matéria.
2. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da resposta da Prova Discursiva. O rascunho, no Caderno de Questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação da resposta da Prova Discursiva.

O(A) candidato(a) disporá de, no máximo, 20 (vinte) linhas para elaborar a resposta da questão da Prova Discursiva, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 20 (vinte) linhas permitidas para a elaboração de seu texto.

A resposta da Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo(a) próprio(a) candidato(a), em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato(a) a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

O(A) candidato(a) não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atender-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.

O(A) candidato(a) terá a resposta da sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado(a) do concurso público se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar os textos redigidos nas Folhas de Versão Definitiva ou entregá-las em branco, ou desenvolver os textos com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

Questão Discursiva de Estudo de Caso

1

No dia 29 de novembro de 2024, o governo federal, através do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), reconheceu e oficializou o estado de calamidade pública na localidade de Baía da Traição, no litoral norte da Paraíba, devido aos impactos da erosão costeira (Portaria nº 4.001, Diário Oficial da União (DOU), de 29 de novembro de 2024).

Baía da Traição vem enfrentando um avanço da linha de costa, que afeta e coloca em risco as áreas urbanas, a infraestrutura da cidade bem como sua principal via de acesso, a rodovia estadual PB008.

Considerando esse contexto, faça o que se pede:

- a) defina e explique erosão costeira e apresente quatro principais causas;
- b) descreva brevemente o que deve ser feito para identificar as causas específicas da erosão costeira no caso de Baía da Traição;
- c) assumindo que a metodologia conseguiu identificar as causas da erosão costeira e que há uma solução de engenharia para essa erosão, responda: o que deve ser feito antes de uma possível intervenção?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

